



27027586



08016.003025/2024-83

Boletim de Serviço em 20/02/2024

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

Corregedoria-Geral

PORTARIA COGER-SENAPPEN Nº 149, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Afastamento cautelar de servidores no bojo da
IPS 08016.003025/2024-83.

A CORREGEDORA-GERAL DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS, com atenção ao dever legal imposto pelo artigo 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e com fundamento no artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, nos dispositivos da Portaria Normativa nº 27, de 11 de outubro de 2022, e no artigo 5º, incisos XII e XIII, do Anexo I do Regimento Interno do DEPEN, aprovado na Portaria MSP nº 199, de 9 de novembro de 2018, e publicado em 13 de novembro de 2018,

CONSIDERANDO, o teor da Decisão nº 34/2024/COGER-SENAPPEN/SENAPPEN (27027574),

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR CAUTELARMENTE, com fundamento no artigo 45 da Lei 9.784/90, os atuais responsáveis pela Divisão de Inteligência, Divisão de Segurança e Divisão Administrativa da Penitenciária Federal em Mossoró.

Art. 2º Os servidores continuarão exercendo as atribuições atinentes ao cargo de Agente Federal de Execução Penal.

Art. 3º O afastamento se dará até a conclusão dos procedimentos apuratórios correccionais.

Art. 3º Esta portaria tem efeitos a partir de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico, na forma do artigo 13 da Portaria MJSP/GAB nº 331, de 10 de abril de 2019 (D.O.U. de 11 de abril de 2019, Seção 1, Página 226).

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

MARLENE INÊS DA ROSA

Corregedora-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais



Documento assinado eletronicamente por **MARLENE INES DA ROSA, Corregedor(a)-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais**, em 20/02/2024, às 12:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27027586** e o código CRC **E3B65A0D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.